



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO – EDITAL Nº 90018/2024

Objeto: Fornecimento, transporte, carga e descarga de Escavadeiras Hidráulicas, por sistema de registro de preços – SRP, destinados ao atendimento de diversos municípios na área de atuação da Codevasf nos Estados do Amapá, Pará, Ceará, Paraíba, Pernambuco (15ª/SR), Rio Grande do Norte, Tocantins, Goiás, Minas Gerais (16ª/SR) e Distrito Federal distribuídos em 10 (dez) itens, conforme descrito no Anexo I do Termo de Referência.

OBJETIVO

Analisar o recurso apresentado pela empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA, CNPJ nº 14.707.364/0001-10, contra a decisão proferida pela Comissão de Licitação que aceitou e habilitou a proposta da empresa CM COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA, CNPJ nº 49.214.595/0001-77, para o item 03 do Edital 90018/2024.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Trata-se do Edital nº 90018/2024 – Pregão Eletrônico, cujo objeto é o Fornecimento, transporte, carga e descarga de Escavadeiras Hidráulicas, por sistema de registro de preços – SRP, destinados ao atendimento de diversos municípios na área de atuação da Codevasf nos Estados do Amapá, Pará, Ceará, Paraíba, Pernambuco (15ª/SR), Rio Grande do Norte, Tocantins, Goiás, Minas Gerais (16ª/SR) e Distrito Federal distribuídos em 10 (dez) itens, conforme descrito no Anexo I do Termo de Referência.

A proposta da empresa CM COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA, CNPJ nº 49.214.595/0001-77, para o item 03 foi aceita e habilitada.

Tempestivamente, a empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA, registrou intenção de recurso no sistema e, em continuidade, dentro do prazo estabelecido, encaminhou seu recurso.

De maneira também tempestiva, a empresa CM COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA, CNPJ nº 49.214.595/0001-77, apresentou sua contrarrazão.

RECURSO, CONTRARRAZÃO E ANÁLISE

Quanto ao recurso impetrado para os referidos itens, em suma, a recorrente dispõe acerca de alegada representação incompleta da licitante e alegada apresentação de documento em nome de empresa terceira.

Sendo assim, analisaremos por partes:

I – Quanto à alegação de representação incompleta da licitante:

Em seu recurso, a empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA alega que:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

“ 7. O contrato social da licitante, ora Recorrida, dispõe que cabe aos administradores eleitos naquele documento a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração da Sociedade, de forma CONJUNTA. (...)

8. Contudo, a proposta apresentada pela empresa Recorrida apresentou apenas a assinatura de um de seus administradores, o Sr. Fábio Gonçalves Torres, bem como a apresentação somente de seu documento pessoal nos anexos indicados no item 03, do referido certame. (...)

9. Portanto, Sr. Pregoeira, resta demonstrado que a proposta encaminhada pela empresa CM Comércio e Importação de Máquinas, ora Recorrida, apresenta irregularidade na sua representação, uma vez que, de acordo com o contrato social da empresa, o ato de representa-la perante à repartições públicas deve ser exercido conjuntamente entre os administradores eleitos no documento que constituiu a sociedade, quais sejam: Sr. Fabio Gonçalves Torres e Sr. José Alfredo Cordeiro Mendes Filho.

10. Ainda que a empresa Recorrida se refira aos parágrafos 1º, 2º e 3º do contrato social, os atos nos quais os diretores poderão aprovar de forma isolada, limitam-se à contratos inferiores ou equivalentes a R\$ 500.000,00, o que não se aplica ao presente caso. (...)

11. Portanto, desde já a Recorrente pleiteia pela desclassificação da empresa licitante, ora Recorrida, em razão da ausência de assinatura do outro administrador, o qual deve exercer os atos da empresa de forma conjunta com o Sr. Fabio Gonçalves Torres, apresentando, assim, uma irregularidade de representação da CM Comércio e Importação de Máquinas Ltda, perante este certame.”

Já em sua contrarrazão, a empresa CM COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA expõe que:

“ 10. A proposta comercial apresentada foi assinada pelo Diretor Comercial da Recorrida, responsável por todas as assinaturas e gestão das áreas de comércio exterior e comercial da empresa, conforme possibilidade prevista no parágrafo 3º, da cláusula 8ª do Contrato Social vigente da empresa.

11. A Recorrente alega que, seguindo as disposições do caput da Cláusula Oitava e do parágrafo primeiro do Contrato Social da Recorrida, os diretores deveriam ter assinado conjuntamente a proposta.

12. No entanto, cabe ressaltar que o parágrafo terceiro da referida cláusula, define explicitamente poderes para representação isolada em negócios sob a administração de cada um dos diretores, senão vejamos:

§3º. É de competência do Diretor Comercial a gestão das áreas de comércio exterior e comercial da Sociedade.”

13. Portanto, para assinatura de proposta comercial, caberia a representação isolada do Diretor Comercial, qual seja Fábio Gonçalves Torres, visto que nesta fase procedimental, não há necessidade de assinatura conjunta dos administradores, pois os direitos e obrigações das Partes serão atribuídos com a assinatura do respectivo contrato.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

14. Assim, não há que se falar em irregularidade da representação, visto que as obrigações da Recorrida serão assumidas somente com a assinatura da ata de registro de preços e o contrato, momento em que serão cumpridas todas as determinações do contrato social da sociedade.

15. Outrossim, caso se entenda pela irregularidade formal, é fato que esse dado é erro material facilmente sanável, visto que caso se tenha dúvidas da validade da proposta apresentada, é possível solicitar à Recorrida que apresente uma nova proposta com a assinatura conjunta dos administradores da Sociedade.”

Sendo assim, quanto ao tópico, segue a análise cabível:

A presente alegação trata sobre alegada representação incompleta da licitante quando da apresentação de sua proposta, baseando-se no Contrato Social da recorrida, conforme trecho disposto abaixo:

“ Cláusula 8ª. São nomeados, neste ato, por decisão unânime dos Sócios, para exercer a administração da Sociedade, os administradores não sócios os Srs. José Alfredo Cordeiro Mendes Filho, anteriormente qualificado, como Diretor Administrativo; e **Fábio Gonçalves Torres**, anteriormente qualificado, como **Diretor Comercial**, cabendo-lhes conjuntamente a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração da Sociedade, a exemplo de, mas não se limitando a:

(...)

b) **Representar a Sociedade**, judicial ou extrajudicialmente, nas suas relações com terceiros, inclusive **perante quaisquer repartições públicas federais**, estaduais e municipais;” **(grifos nossos)**

Contrato Social - CM COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA, CNPJ nº 49.214.595/0001-77

Quanto ao fato, cumpre destacar o que dispõem os parágrafos 1º, 2º e 3º da referida cláusula, que tratam das competências atribuídas a diretores, conforme abaixo:

“ §1º. Os **diretores poderão aprovar** isoladamente, conforme suas áreas de competência listadas nos §2º e §3º, **a celebração ou o encerramento de contratos** cujo impacto seja **inferior ou equivalente a R\$ 500.000,00** (quinhentos mil reais), no contexto de uma operação ou de uma série de operações relacionadas, em período igual ou inferior a 1 (um) ano;

§2º. É de competência do Diretor Administrativo a gestão das áreas técnica-mecânica, financeira, administrativa, de recursos humanos e de pós-venda da Sociedade.

§3º. **É de competência do Diretor Comercial** a gestão das áreas de comércio exterior e comercial da Sociedade.” **(grifos nossos)**

Contrato Social - CM COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA, CNPJ nº 49.214.595/0001-77

Cabe salientar que a proposta da empresa CM COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA foi apresentada com a assinatura de seu Diretor Comercial, Fábio Gonçalves Torres, assim qualificado conforme se depreende da Cláusula 8ª do Contrato Social da empresa.

Expostos os fatos, e considerando a presente alegação,



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

A recorrente requer a desclassificação da empresa licitante por representação incompleta na apresentação da proposta, entretanto, apesar de sua cláusula oitava, a qual incumbe os sócios, da prática dos atos necessários ou convenientes à administração da Sociedade de maneira conjunta, incluindo a representação perante repartições federais, o Contrato Social da empresa é claro ao delegar competência de gestão da área comercial da empresa ao seu Diretor Comercial.

Ademais, importante destacar que o referido momento de apresentação de propostas não se confunde com a celebração de um contrato, visto que se trata de etapa de seleção de fornecedores de um processo licitatório, o qual se dá mediante Registro de Preços.

Sendo assim, antes de eventual celebração de contrato, há a celebração da Ata de Registro de Preços, a qual registra os preços ofertados pelos licitantes vencedores e suas condições de fornecimento, formalizando o compromisso de fornecimento, mas não obrigando a Administração a contratar, pois eventual contratação se dará a partir das futuras necessidades de compras durante a vigência da ata.

Quando a Administração efetivamente realiza uma compra ou contrata o fornecedor, com base na Ata de Registro de Preços vigente, formalizando o acordo específico para a entrega de bens ou execução de serviços, se dá, de fato, a celebração do contrato.

Por conseguinte, a restrição apontada no §1 da cláusula oitava do contrato social da recorrida, o qual limita a celebração de contratos por Diretores ao valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em período igual ou inferior a 1 (um) ano, não se aplica à presente situação, visto não se tratar da etapa de celebração de contrato.

Por fim, cabe salientar que o julgamento do referido pregão se deu, como devido, observando os princípios que regem as contratações públicas, dentre eles os da razoabilidade, do formalismo moderado e da busca pela proposta mais vantajosa. Dito isso, quaisquer inconsistências meramente formais são consideradas passíveis de saneamento mediante diligência, o que, caso fosse entendido necessário, seria levado em conta pelo agente de contratação responsável pela condução do certame.

Sendo assim, dado o exposto, quanto a esse aspecto, considera-se a alegação **IMPROCEDENTE**.

II – Quanto à alegação de apresentação de documento em nome de empresa terceira:

Em seu recurso, a empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA alega que:

“12. Ilustríssimo Sr. Pregoeiro, o Edital do Pregão Eletrônico nº 90018/2024 em comentário dispõe no tópico 10.7.2 que todos os documentos apresentados para fins de habilitação devem estar em nome da empresa que efetivamente executará os serviços contratados, quais sejam: a entrega dos bens indicados em cada item do Anexo I – Termo de Referência, Escavadeiras Hidráulicas. (...)”

14. Contudo, Sr. Pregoeiro, a empresa Recorrida, declarada vencedora do item 03, do presente certame, apresentou documento, no qual se refere à empresa terceira, a qual sequer se apresenta como sua filial, mesmo se assim o documento fosse considerado válido.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

15. A Licença para uso da configuração de veículo ou motor – LCVN juntada nos documentos apresentados junto à proposta da empresa Recorrida está em nome da empresa CF Comércio Internacional Ltda, inscrita no CNPJ nº 38.185.478/0003-78,(...)

16. Portanto, resta caracterizada legítima afronta às regras estabelecidas no Edital do presente certame, o qual exige que toda a documentação apresentada pela empresa licitante esteja em seu nome, o que não foi cumprido pela empresa CM Comércio e Importação de Máquinas Ltda, ora Recorrida.

17. Ademais, a ausência do documento LCVN em seu nome prejudica a sua comprovação de capacidade técnica para a entrega dos bens indicados no item 03, do presente certame, uma vez que não documento junto à proposta que comprove que a empresa Recorrida possua a referida licença para a comercialização do equipamentos lá discriminado.”

Já em sua contrarrazão, a empresa CM COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA expõe que:

“20. A Recorrida, em conformidade com as exigências do certame, apresentou a Licença para uso e configuração de veículo ou motor, com as especificações do produto correspondente ao item 3 do pregão.

21. O documento LCVN anexado junto à proposta, tem como objetivo exclusivo comprovar que o equipamento ofertado cumpre os requisitos do Padrão de Emissão de Poluentes Proncove MAR-1, em consonância com o disposto no Edital.

22. Esse certificado demonstra que o equipamento atende às exigências regulatórias de controle ambiental, assegurando conformidade com as normas brasileiras sobre emissões de poluentes, emitido órgão ambiental competente, qual seja IBAMA.

23. A referida licença trata-se de um exemplo do tipo de licença exigido para o equipamento ofertado e não especificamente da licença do produto que será comercializado ao órgão licitante, visto que poderá ser requerida quantas vezes for necessário, e não está limitada a apenas na modalidade de 50 (cinquenta) unidades.

24. Ainda, o referido documento foi apresentado em nome da empresa CF COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA., pois ela é a importadora do produto e responsável pela emissão da referida licença, de acordo com a Portaria 86/1996 do IBAMA, veja-se:

Art. 2º - Para obtenção da LCVN de que trata o artigo anterior, o importador, pessoa física ou jurídica, deverá atender as exigências contidas no anexo I "Requisitos para obtenção da Licença para Uso da Configuração do Veículo ou Motor - LCVN", constante desta Portaria.

25. Tendo a importadora emitido a licença de acordo com os requisitos da legislação aplicável, não há obrigatoriedade para que haja a emissão de uma nova licença em nome de quem comercializará o produto, visto que se trata de um requisito para que a máquina possa entrar no mercado nacional.”

Sendo assim, quanto ao tópico, segue a análise cabível:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

No que tange à alegação relatada pela recorrente, ressalta-se que a aprovação das especificações técnicas e qualificação técnica no certame foi realizada após consulta à área técnica, a qual indicou a devida conformidade da documentação apresentada.

Ademais, quando do recebimento de recurso no presente certame que tratou, dentre outros tópicos, sobre a Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM), houve consulta à área técnica visando obtenção de manifestação em relação aos aspectos técnicos apresentados neste momento. Em resposta à solicitação, a área técnica emitiu documento com sua análise, a qual segue repercutida no que cabe ao presente julgamento:

“Além disso, o edital não exige a apresentação da Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM) como documento obrigatório para comprovação, bastando que os produtos estejam de acordo com os padrões de emissão especificados. Assim, com base nas informações técnicas, proposta e documentações apresentadas, considera-se que as máquinas ofertadas cumprem as especificações de emissão de poluentes definidas no Termo de Referência.

(...)

Ressalta-se, ainda, **que a entidade pública possui discricionariedade para incluir ou não tais exigências**, levando em conta a especificidade do processo licitatório e a complexidade técnica dos equipamentos. Adicionalmente, **cabe à entidade realizar diligências junto aos licitantes**, solicitando documentos, laudos, memoriais de cálculo, entre outros, **sempre que julgar necessário**. “

À vista da análise realizada pela área técnica, tanto no momento de aceitabilidade das propostas, quanto no momento de recurso que tratou sobre o mesmo documento, não há que se falar irregularidade em sua apresentação, visto que o Edital nº 90063/2024 nem mesmo exige sua apresentação, tornando despropositada a hipótese de desclassificação de empresa que tenha ofertado a melhor proposta com base na referida alegação, ainda mais considerando que a recorrida, em sua contrarrazão, de maneira clara informou o motivo de sua apresentação, conforme exposto na seção adequada acima.

Sendo assim, dado o exposto, quanto a esse aspecto, considera-se a alegação **IMPROCEDENTE**.

CONCLUSÃO

Diante do exposto e esgotados os aspectos alegados pela recorrente, considera-se **IMPROCEDENTE** o recurso impetrado pela empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA, CNPJ nº 14.707.364/0001-10, contra a decisão proferida pela Comissão de Licitação que aceitou e habilitou a proposta da empresa CM COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA, CNPJ nº 49.214.595/0001-77, para o item 03 do Edital 90018/2024.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Brasília/DF, 2024.

Assinado Eletronicamente
Victor Leopoldo Batista de Moura Cantalice
Pregoeiro – Decisão 1281/2024
(Comissão Permanente)